



Ligue 0800 770 88 81  
e assine a publicação  
que melhor  
acompanha o  
**AGRONEGÓCIO**

## LEGISLAÇÃO

# O ITR na ótica dos tribunais

LUIZ AUGUSTO GERMANI

O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR é um tributo progressivo, com o fim de desestimular o exercício do Direito de Propriedade de imóveis rurais, sem a observância da função social e econômica da terra. Seu fim maior é penalizar o uso da terra como reserva de valor ou com fins especulativos, em detrimento da produção de alimentos e da geração de empregos. Conseqüentemente, a carga fiscal pesa mais quanto maior for o tamanho e menor for a produtividade de um imóvel.

Até o exercício de 1.993, o tributo foi administrado de forma regular. Entretanto, em 1.994, para gerar maior arrecadação, foi promulgada a Lei 8.847, que permitia lançamentos procedidos "de ofício" pela Receita Federal, independentemente da declaração do contribuinte.

Com os Tribunais acionados e suas decisões judiciais, foi promulgada a Lei 9393/96, que rege o tributo até a presente data. O ITR voltou a ser um tributo que depende da declaração do contribuinte para seu lançamento.

O fisco federal, entretanto, passou a criar uma série de obstáculos à homologação da declaração do contribuinte, lançando, de ofício, tributo complementar ao declarado e recolhido pelo proprietário rural, com as alegações de que:

- (1) Só a entrega do Ato Declaratório Ambiental-ADA ao IBAMA, desde 1997, pode justificar a isenção tributária das áreas de reserva legal e de preservação permanente;
- (2) Cabe a tributação das áreas de reserva legal que superam a área mínima estabelecida pelo Código Florestal;
- (3) Devem ser tributadas como áreas aproveitáveis, mas não utilizadas, as áreas de pastagens, uma vez que paire alguma dúvida em relação à quantidade de gado existente no imóvel.

Novamente, os Tribunais se manifestaram e decidiram que:

- (1) A entrega do ADA ao IBAMA só é condição para isenção tributária das áreas ambientais, a partir do exercício de 2001;
- (2) A área de reserva legal, abatida da base de cálculo do ITR, pode ser superior à área mínima estabelecida pelo Código Florestal, mesmo que a reserva tenha sido averbada na Matrícula do imóvel rural em sua dimensão mínima;
- (3) O fisco não pode lançar o tributo sobre as áreas de pastagens, como se não utilizadas fossem, sob a alegação de que tem "dúvidas" acerca da quantidade de gado existente no imóvel rural.
- (4) Qualquer inverdade, omissão, erro apontado pela administração pública na DIRT deverá ser objeto de comprovação, inclusive, por vistoria, se assim for requerido pelo contribuinte.